



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DISTRITAL DE IBATÉ
VARA ÚNICA
RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0000636-97.2010.8.26.0233**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **Lucas dos Santos de Oliveira**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Wyldensor Martins Soares** assumindo esta Vara Distrital até instalação de sua nova vara, conforme designação da E. Presidência do TJSP.

Vistos.

Trata-se de ação penal em desfavor de Lucas dos Santos de Oliveira pela prática do crime previsto no art. 157, *caput*, do Código Penal, eis que no dia 28 de fevereiro de 2010, subtraiu para si, com violência contra Rafael Silva de Oliveira, uma bicicleta marca Caloi, 18 marchas, avaliada em R\$ 120,00, conforme denúncia de fls. 02-d/03-d.

A denúncia veio acompanhada do IP nº 24/2010 (fls. 01/46 e foi recebida aos 09 de dezembro de 2011 (fls. 48).

Resposta à acusação às fls. 64.

Ausentes as hipóteses de absolvição sumária foi ratificado o recebimento da denúncia e designada instrução (fls. 65).

Em audiência de instrução realizada aos 29 de agosto de 2012 foi ouvida a vítima. O réu foi declarado revel (fls.75/77).

Foi deprecada a inquirição da testemunha Aurene Guedes dos Santos que foi ouvida aos 15 de julho de 2013 no foro distrital de Itirapina, conforme fls. 119/121.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DISTRITAL DE IBATÉ
VARA ÚNICA
RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

O Ministério Público apresentou memoriais às fls. 124/128 pela condenação do réu com a elevação da pena na primeira fase da dosimetria e fixação de regime inicial fechado.

A defesa, por sua vez, pugna pela absolvição do réu, destacando a fragilidade de depoimento da vítima, menor de 15 anos, bem como do reconhecimento procedido por esta. Destaca que o réu negou sua participação no crime e requer a absolvição (fls. 136/141).

D E C I D O.

1 -) DA SÍNTESE PROBATÓRIA

1.1) Da materialidade delitiva

A materialidade delitiva vem demonstrada pelo auto de avaliação de fls. 12, auto de reconhecimento e declarações da vítima.

Atendido, pois, o princípio da materialização do fato.

1. 2-) Das provas da autoria

Na fase inquisitiva o réu negou que tenha praticado o roubo (fls. 17).

Em Juízo, o réu não compareceu para apresentar sua versão, permitindo que o feito prosseguisse sem autodefesa.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DISTRITAL DE IBATÉ
VARA ÚNICA
RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

A vítima, de outro lado, alegou que o réu chegou perguntando as horas. A vítima percebeu algo estranho e saiu logo, mas foi atingida por uma tijolada nas costas. Caiu e o réu se aproximou com o tijolo nas mãos (não sabe se o mesmo tijolo ou outro) e pediu a bicicleta ameaçando que se não a entregasse ia jogar o tijolo com a vítima no chão. Viu o mesmo rapaz no dia seguinte na rua, junto com uma menina que conhecia. Procurou a menina e ficou sabendo que o rapaz era irmão dela. Reconhece o rapaz como sendo aquele da fotografia de fls. 18 com absoluta certeza. Não recuperou a bicicleta que valia mais de R\$ 200,00.

A testemunha Aurene Guedes Santos relatou ter sido informado por outras pessoas que o réu tinha vendido a bicicleta. A vítima reconheceu o réu na Delegacia. A polícia foi até a casa do réu, mas não encontrou a bicicleta.

2 -) DO DIREITO APLICÁVEL.

A dialética entre as provas aportadas neste feito convergem no sentido do envolvimento do réu no roubo que vitimou Rafael Silva de Oliveira.

Como se nota pela análise da prova supra, a autodefesa é falha, não se dignando o réu sequer a comparecer em Juízo para prestar sua versão sob o crivo do contraditório.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DISTRITAL DE IBATÉ
VARA ÚNICA
RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Está bem sedimentado o entendimento de que as palavras da vítima assumem especial relevo em crimes patrimoniais. Neste sentido: Habeas Corpus nº 143681/SP (2009/0148625-4), 5ª Turma do STJ, Rel. Arnaldo Esteves Lima. j. 15.06.2010, unânime, DJe 02.08.2010; Habeas Corpus nº 83479/DF (2007/0118134-6), 5ª Turma do STJ, Rel. Convocado Jane Silva. j. 06.09.2007, unânime, DJ 01.10.2007; Habeas Corpus nº 73335/SP (2006/0282827-0), 5ª Turma do STJ, Rel. Convocado Jane Silva. j. 07.08.2007, unânime, DJ 03.09.2007.

Destarte, o Juízo não percebe a dúvida erigida pela defesa, estando convencido de que a conduta praticada amolda-se à *fattispecie* capitulada no art. 157 do Código Penal, pois a vítima reconheceu o réu tanto na fase inquisitiva, quanto em Juízo.

Presente, portanto, a tipicidade delitiva e ausentes justificativas ou dirimentes capazes de afastar a antijuridicidade da conduta e a culpabilidade do réu a condenação é medida que se impõe para concretizar os escopos de prevenção geral e especial colimados pelo sistema punitivo, além de restabelecer o princípio da prevalência do Direito e ratificar a vigência da norma penal transgredida.

Ex positis, **JULGO PROCEDENTE** a denúncia formulada pelo Ministério Público para **CONDENAR** o réu **Lucas dos Santos Oliveira** como incurso no artigo 157, *caput*, do Código Penal, conforme dosimetria que segue, nos moldes do artigo 68 do mesmo diploma normativo:



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DISTRITAL DE IBATÉ
VARA ÚNICA
RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Ao avaliar as **circunstâncias judiciais** (CP, art. 59), constata-se que: o grau de **culpabilidade** da conduta do agente é normal à espécie. O acusado, ao que se infere da análise das folhas de antecedentes acostadas aos autos em apenso possui maus antecedentes, pois condenado no processo-crime 41/2012 com trânsito em julgado aos 29.08.2013 – fls. 06 do apenso de FA; não há elementos suficientes para aferição da **conduta social** e da **personalidade** do réu; os **motivos** da prática delituosa não desbordam do âmbito da própria tipicidade no que toca ao elemento subjetivo do injusto (*animus rem sibi habendi*); as **circunstâncias** não destoam daquelas em que são praticados delitos desta natureza; as **consequências** do delito não recomendam o acréscimo da reprimenda; o **comportamento da vítima** não contribuiu para a prática da infração penal.

Diante da análise acima, fixo a pena-base no mínimo legal, ou seja, em **4 (quatro) anos de reclusão e 8(oito) meses de reclusão**; e, considerando também as diretrizes previstas nos arts. 49 e 60, ambos do Código Penal, fixo a pena pecuniária em **11 (onze) dias-multa**, calculados à razão de 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente à data do fato (CP, art. 49, §1º), devendo incidir correção monetária desde a referida data.

Na segunda fase de aplicação da pena está presente a atenuante da menoridade relativa, pois o réu nasceu aos 08/10/1990 e os fatos ocorreram em fevereiro de 2010. Portanto, menor de 21 anos à época do delito. Reconduzo a pena ao mínimo legal.

Na terceira fase da dosimetria não há fatores modificadores da sanção que fica definitiva em 4(quatro) anos de reclusão e 10(dez) dias-multa.

O regime inicial de cumprimento de pena é o **semi-aberto**, conforme § 3º do artigo 33 do Código Penal, pois a outra condenação que


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DISTRITAL DE IBATÉ
VARA ÚNICA
RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

maculou os antecedentes do réu impôs-lhe pena restritiva de direito de modo que o ingresso ao sistema carcerário não deve ser feito pelo sistema mais rigoroso, considerando as circunstâncias pessoais do agente.

Saliente-se que no roubo, **a regra** é o início do cumprimento da pena no **regime fechado**, podendo, **se as circunstâncias judiciais forem favoráveis e o réu não for reincidente**, iniciar o cumprimento no regime mais brando. Neste sentido: Habeas Corpus nº 146883/SP (2009/0175961-2), 5ª Turma do STJ, Rel. Arnaldo Esteves Lima. j. 04.02.2010, unânime, DJe 08.03.2010.

Aponta no mesmo norte a súmula 269 do E. STJ: “É admissível a adoção do regime prisional semi-aberto aos reincidentes condenados a **pena igual ou inferior a quatro anos** se favoráveis as circunstâncias judiciais”.

Eis os fundamentos para a fixação do regime inicial.

O réu poderá recorrer em liberdade, uma vez que respondeu ao processo nesta condição.

Com o trânsito em julgado:

- a-) Lance-se o nome do réu no rol dos culpados;
- b-) Expeça-se guia de execução e mandado de prisão;
- c-) Proceda-se ao recolhimento do valor atribuído a título de pena pecuniária, em conformidade com o disposto no artigo 686 do Código de Processo Penal;
- d-) Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral deste Estado, comunicando a condenação do réu, com sua devida identificação, acompanhada de fotocópia desta decisão, para cumprimento do disposto nos artigos 71, §2º do



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DISTRITAL DE IBATÉ

VARA ÚNICA

RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Código Eleitoral c/c inciso III do artigo 15 da Constituição da República;

- e-)Oficie-se ao órgão responsável pelo cadastro de antecedentes criminais deste Estado para as anotações necessárias;
- f-) Se patrocinado por advogado nomeado arbitro os honorários em 70% do valor da tabela, conforme código específico. Oportunamente, expeça-se certidão.

CONDENO o réu, ainda, ao pagamento das custas processuais no valor de 100 (cem) UFESP, nos termos do art. 4º, § 9º, alínea “a”, da Lei Estadual nº 11.608, de 29 de dezembro de 2003, **ficando a cobrança da verba condicionada ao disposto no artigo 12 da Lei 1060/50.**

P.R.I.C.

Ibaté, 13 de março de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**